



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Agricultura e Mar

Deputado Pedro do Carmo

Assunto:

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia - Contributo para uma nova PAC

Portugal prepara o exercício da Presidência do Conselho da União Europeia. A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, reuniu em dezembro com a Ministra alemã, Julia Klöckner, tendo na agenda a transição da presidência do Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas, para Portugal.

A Presidência do Conselho é exercida em regime rotativo¹ pelos Estados-Membros da UE por períodos de seis meses. Durante cada semestre, a Presidência dirige as reuniões a todos os níveis no Conselho, contribuindo assim para garantir a continuidade dos trabalhos da UE no Conselho.

Os Estados-Membros que exercem a Presidência trabalham em estreita cooperação em grupos de três - sistema foi instituído pelo Tratado de Lisboa em 2009. Este trio fixa os objetivos a longo prazo e prepara uma agenda comum que estabelece os temas e as principais questões que o Conselho irá tratar ao longo de um período de 18 meses. Com base nesse programa, cada um dos três países prepara o seu próprio programa semestral mais detalhado.

O trio atual é constituído pelas Presidências da Alemanha, de Portugal e da Eslovénia.

A Presidência tem duas atribuições principais:

- Planear e presidir às reuniões do Conselho e das suas instâncias preparatórias
- Representar o Conselho nas relações com as outras instituições da EU

Sob o Lema «Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital», Portugal vai, já a partir do próximo dia 01 de janeiro e até 30 de junho, assumir a Presidência do Conselho da União Europeia, sendo, no âmbito das atribuições da Presidência, responsável por impulsionar os trabalhos do Conselho em matéria de legislação da UE,

¹ <https://www.consilium.europa.eu/pt/council-eu/presidency-council-eu/>



assegurando a continuidade da agenda da UE, o bom desenrolar dos processos legislativos e a cooperação entre os Estados-Membros.

As prioridades e linhas de ação de Portugal, nomeadamente para a Agricultura, estão já refletidas no atual programa do “Trio”:

1. Recuperar a economia. Uma recuperação justa, verde e digital, e que permita fazer face ao dano económico e social dramático que a Covid-19 tem provocado.
2. Desenvolver o pilar dos direitos sociais na União Europeia.
3. Reforçar a autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo.

Portugal vai trabalhar por uma União Europeia mais resiliente, social, verde digital e global.

As prioridades específicas da Presidência portuguesa estão alinhadas com a agenda estratégica da UE², o programa para 18 meses³ do trio de Presidências 2020/2021 e o programa de trabalho da Comissão 2021⁴.

Neste contexto a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia tem condições para fazer a transição para uma nova PAC, com inovação, sustentabilidade e novas oportunidades, mais justa, que diminua as desigualdades, que reforce a coesão e o abastecimento alimentar e que assegure um pagamento justo à produção.

Apesar da experiência adquirida pela EU ao longo da sua história, quer na superação das crises decorrentes dos diferentes obstáculos surgidos, quer pelas negociações para aproximarem as diferentes sensibilidades dos seus membros, constatamos que no presente, vivemos tempos diferentes, difíceis e incertos:

- atravessamos uma crise sanitária sem precedentes a nível global;
- o Brexit, apesar do termo das negociações, trará um período de adaptação com reflexos aos níveis sociais e económicos;
- a EU pela própria natureza da sua arquitetura apresenta-se num período de transição das políticas a médio prazo, nomeadamente ao nível da PAC.

² <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/registo/000082674/documento/0001/>

³ <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/registo/000084483/documento/0001/>

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52020DC0690>



Face ao exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vêm requerer que a Comissão de Agricultura e Mar proceda ao acompanhamento da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia dando a devida importância às matérias da competência da Comissão de Agricultura e Mar agora em período de análise, nomeadamente que:

- Suscite uma reflexão alargada com diferentes parceiros relativa aos impactos socioeconómicos na abordagem de uma nova PAC.

Palácio de São Bento, 28 de dezembro de 2020

Os Deputados do Partido Socialista,